

PROCESSO TCE Nº 18.923.2014-40.

ENTIDADE: Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE.

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Saúde/Fundo Estadual de Saúde - FUNDES, exercício de 2013.

RESPONSÁVEL: Suely de Souza Melo da Costa.

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias.

## ACÓRDÃO Nº 11.767/2020

### PLENÁRIO

**EMENTA:** Prestação de Contas. Fundo Estadual de Saúde. Regularidade das Prestações de Contas do Fundo Estadual de Saúde – Gastos Corporativos e do Fundo Estadual de Saúde – Gastos Folha de Pagamento. Regularidade com ressalva da Prestação de Contas do Fundo Estadual de Saúde – Gastos em Saúde. Notificação. Arquivamento.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto** do Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias: 1)** pela **EMISSÃO DE ACÓRDÃO**, com fundamento no inciso I, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **REGULARES** as **Prestações de Contas do Fundo Estadual de Saúde – Gastos Corporativos e do Fundo Estadual de Saúde – Gastos Folha de Pagamento**, referentes ao **exercício orçamentário e financeiro de 2013**, de responsabilidade, respectivamente, do Sr. **Mâncio Lima Cordeiro**, Secretário de Estado da Fazenda, e da Sra. **Flora Valladares Coelho**, Secretária de Estado da Gestão Administrativa, e, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **REGULAR COM RESSALVA** a **Prestação de Contas do Fundo Estadual de Saúde – Gastos em Saúde**, referente ao **exercício orçamentário e**

**financeiro de 2013**, de responsabilidade da Sra. **Suely de Souza Melo**, Secretária de Estado de Saúde, valendo como ressalva as seguintes falhas: **1.1) inconsistência de saldos nas conciliações bancárias**, no valor de **R\$ 2.208,18** (dois mil, duzentos e oito reais e dezoito centavos), a qual não enseja devolução, tendo em vista tratar-se de inconsistência de natureza contábil, que já havia sido objeto de análise na Prestação de Contas do FUNDES, exercício de 2011, cabendo apenas a recomendação à origem para proceder sua regularização; **1.2) divergência entre os valores informados nos demonstrativos patrimoniais (Conta Almoxarifado)**, em face do montante de **R\$ 22.541.712,15** (vinte e dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e doze reais e quinze centavos), liquidado no Sistema SAFIRA e não lançado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), bem como o não lançamento de **R\$ 22.655.534,63** (vinte e dois milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos), liquidado no Sistema SAFIRA e não processado nas entradas da “Conta Almoxarifado” do Sistema GRP; **1.3) divergência dos valores registrados na DVP e na Relação de Liquidação de Empenhos do Sistema SAFIRA, atinente à “Conta Construção e Aquisição de Bens Imóveis”**, de **R\$ 2.368,08** (dois mil, trezentos e sessenta e oito reais e oito centavos), contudo, o prazo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques, se dará a partir de 01/01/2021; **1.4) divergência dos valores registrados na DVP e na Relação de Liquidação de Empenhos do Sistema SAFIRA, atinente à “Conta Aquisição de Material Permanente”**, de **R\$ 198.789,22** (cento e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos), bem como as desigualdades identificadas entre o Resumo de Entradas do Sistema GRP e a Relação de Liquidação de Empenhos, contudo, o prazo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques, se dará a partir de 01/01/2021; **1.5) diferença de R\$ 1.068.540,32** (um milhão, sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), entre o Resumo de Movimentação Anual do Almoxarifado do Sistema GRP e o Balanço Patrimonial, além da **diferença de R\$ 22.736.608,67** (vinte e dois milhões, setecentos e trinta e seis mil, seiscentos e oito reais e sessenta e sete centavos), entre a “Conta Bens Móveis” do Sistema GRP e o Balanço Patrimonial, o que pode ser classificado como ressalva em virtude dos prazos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para que o entes da Federação adotem procedimentos contábeis patrimoniais; e **1.6) ausência de fiscalização contínua, por parte da SESACRE, na gestão do Convênio nº 023/2012**, celebrado com a Entidade Central de Articulação das Entidades da Saúde (CADES), o que acarretou atraso na prestação de contas final do convênio; **2) pela NOTIFICAÇÃO da atual gestão do FUNDES Gastos em Saúde**, para tomar conhecimento do apurado e desta decisão, devendo adotar as medidas necessárias para correção das falhas apontadas, caso

ainda persistam, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas. Após as formalidades de estilo, pelo **ARQUIVAMENTO** dos autos. **Divergiu** o Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**, que votou pela irregularidade das Contas e pela devolução do valor de R\$ 778.550,78 (setecentos e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos). **Ausente**, justificadamente, o Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**.

Rio Branco – Acre, 27 de fevereiro de 2020.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

**JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC